

# SUÉCIA

## REINO DA SUÉCIA

Chefe de Estado:	Rei Carl XVI Gustaf
Chefe de Governo:	Fredrik Reinfeldt
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	9,2 milhões
Esperança média de vida:	80,8 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	4/4 por 1000

O governo não excluiu a possibilidade de recorrer a "garantias diplomáticas" para enviar pessoas para países onde corriam risco de tortura e outras formas de maus-tratos. Foram recusadas autorizações de residência a duas vítimas de rendição (transferência ilegal de suspeitos entre países). A deportação de requerentes de asilo cujos pedidos se encontravam pendentes causou preocupação.

### Contra-terrorismo e segurança

Em Abril, o Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas (HRC) notou que a Suécia não tinha excluído a utilização futura de "garantias diplomáticas" para autorizar o envio de indivíduos para países onde poderiam estar sujeitos a tortura ou outras formas de maus-tratos. O Comité recomendou que o governo devia garantir que ninguém, incluindo pessoas suspeitas de terrorismo, seria colocado em risco de tortura ou outras formas de maus-tratos.

■ Em Novembro, o governo recusou os recursos interpostos por Ahmed Agiza e Mohammed El Zari contra a rejeição da sua autorização de residência, numa decisão que foi parcialmente baseada em informações cujo teor nunca foi lhes revelado, negando-lhes desta forma uma reparação plena pelas graves violações que sofreram como resultado da sua rendição da Suécia para o Egipto, em Dezembro de 2001, num avião alugado pela CIA. As autoridades não aceitaram os apelos para a abertura de uma investigação aprofundada aos motivos por detrás das deportações ilegais dos dois homens.

### Prisioneiros da Baía de Guantánamo

Em Fevereiro, o Tribunal de Migrações de Estocolmo reconheceu Adel Abdul Hakim, um cidadão chinês de etnia uigur libertado da custódia norte-americana na Baía de Guantánamo em 2006, como refugiado. Esta decisão inverteu a recusa do Gabinete de Migrações de lhe conceder uma autorização de residência em Junho de 2008.

### Tortura e outras formas de maus-tratos

O HRC manifestou a sua preocupação relativamente ao facto de as autoridades não garantirem o direito dos suspeitos de crime detidos a terem acesso a um médico, relativamente ao número de suicídios nas prisões e à inexistência de um órgão de queixas da polícia independente e eficaz.

Em Dezembro, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura (CPT) declarou que as autoridades não tinham adoptado medidas suficientes para dar resposta às suas preocupações relativamente às salvaguardas legais contra os maus-tratos sob custódia policial, à imposição de restrições aos detidos em prisão preventiva e ao isolamento de certos tipos de reclusos condenados.

■ A investigação à morte de Johan Liljeqvist, um homem de 24 anos que morreu em Abril de 2008 após a sua detenção pela polícia de Gotemburgo, foi reaberta em Outubro, na sequência de denúncias de que os investigadores policiais tentaram esconder a gravidade das lesões sofridas pela vítima.

Em Dezembro, o Provedor do Parlamento criticou a utilização de gás pimenta pela polícia em determinadas circunstâncias: no interior de veículos e em instalações policiais contra indivíduos que a polícia já tinha sob controlo, em situações em que não existia ameaça de violência ou como forma de persuasão para acatar ordens policiais.

A Suécia não introduziu o crime de tortura no seu código penal.

## **Refugiados, requerentes de asilo e migrantes**

O HRC manifestou a sua preocupação relativamente à deportação de requerentes de asilo cujos processos não estavam concluídos, à utilização, nalguns casos de expulsão, de informações cujo teor não foi revelado às pessoas que enfrentavam a expulsão e relativamente à detenção prolongada de alguns requerentes de asilo. Tanto o HRC como o CPT manifestaram preocupação relativamente à detenção de imigrantes em cadeias destinadas a detidos em prisão preventiva.

Apesar das recomendações do ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados, no sentido de todos os países pararem os repatriamentos forçados para o centro e sul do Iraque e para a Eritreia, 285 iraquianos foram repatriados à força para o primeiro destino e vários eritreus para o segundo.

Os requerentes de asilo que pretendiam contestar a sua transferência para outro estado-membro da UE ao abrigo do "Regulamento Dublin II" não tinham direito a um processo local de recurso com efeitos suspensivos (que suspenderia a sua transferência até ser conhecido o resultado do pedido de recurso). Os requerentes de asilo que se encontravam detidos a aguardar transferência não tinham direito a um representante legal oficioso, incluindo para contestar a sua detenção enquanto aguardavam transferência.

Em Junho, o Comité da ONU para os Direitos da Criança (CRC) manifestou a sua preocupação relativamente ao facto de as autoridades não levarem em conta os melhores interesses das crianças requerentes de asilo, e ao elevado número de crianças desacompanhadas que desapareciam dos centros de recepção. Em Novembro, o governo anunciou a criação de uma comissão para rever o sistema de acompanhamento das crianças requerentes de asilo desacompanhadas e as suas necessidades de alojamento.

## **Violência contra mulheres e raparigas**

O HRC manifestou a sua preocupação relativamente à elevada prevalência da violência contra as mulheres, à inexistência de abrigos para mulheres vítimas de abuso nalguns municípios e à continuação da ocorrência de casos de mutilação genital feminina (nas comunidades migrantes).

## **Discriminação**

O HRC notou a subida dos crimes com motivações racistas. O CRC manifestou a sua preocupação relativamente à discriminação e atitudes xenófobas e racistas contra crianças de minorias étnicas, crianças refugiadas e requerentes de asilo e crianças pertencentes a famílias migrantes.

